

LEONARDO BOFF

Teólogo

A necessidade de revoluções espirituais por um físico quântico

As ponderações em 1969 do físico quântico Werner Heisenberg (formulador do princípio de indeterminabilidade das partículas elementares), ainda no fragor da “revolução” da juventude mundial de 1968, mostram-se ainda hoje fecundas. A conferência feita na Associação dos Cientistas Alemães tinha como título: “As mudanças na estrutura do pensamento causadas pelo progresso da ciência”. Inicialmente, na verdade, o título originário intencionado pelo autor era: “Como fazer uma revolução”, slogan bem à moda na época (veja o texto em *Más allá de la física*, BAC 370, Madrid 1984, 221-232).

A sensatez científica de Heisenberg alterou o título para obviar falsas expectativas. Entretanto, sua visão é pertinente ao tema aqui abordado. Como doutorando da Universidade de Munique tive a oportunidade de ouvir essa conferência.

Heisenberg mostra como acontecem revoluções nas ciências físicas. Não porque alguns cientistas querem, nem porque um líder carismático galvaniza colegas. As revoluções eclodem impreterivelmente como resposta a fenômenos novos que não conseguem mais ser apreendidos nos quadros da compreensão até então vigente da ciência. Max Planck, um dos formuladores da física quântica, espírito declaradamente conservador, formulou sua hipótese dos quanta de energia, a contragosto, quando não conseguia através dos princípios da física clássica, interpretar os novos fenômenos eletromagnéticos relacionados aos assim chamados “corpos negros”.

Albert Einstein, da mesma forma, não chegou a sua teoria da relatividade porque quis. Ao estudar o movimento de corpos em relação ao éter (presunção da física de Newton, o elemento estável entre os espaços inter-estelares),

as categorias de espaço e tempo não poderiam mais ser absolutas, mas relativas à velocidade das massas. Tudo seria relativo a um ponto a partir do qual se calculariam as velocidades. Tudo, então, é de fato relativo, no sentido de estar relacionado ao ponto que definirmos como referência. O cientista, por mais conservador que seja (e esta era a tendência de Einstein), vê-se obrigado a abandonar certas estruturas de compreensão e a projetar novas. Estas devem dar conta dos novos fenômenos. Caso contrário os fenômenos permanecem como problemas não resolvidos.

Devemos o mais possível, insistia Heisenberg, evitar inovações desnecessárias (op.cit. 231). Mas quando surge um fenômeno que não recebe explicação nem solução pela compreensão tradicional, então se impõe a revolução. “A mudança na estrutura mental vem imposta pelos fenômenos, pela própria natureza e em nenhum momento pela autoridade humana” (op. cit. 230-231). Foi assim que se passou da física de Newton para a física quântica, do cosmos para a cosmogênese, da antropologia para a antropogênese, da religiosidade para a espiritualidade.

Heisenberg extrapola do campo das ciências para outros da história humana. Também aqui se verifica a mesma lógica da necessidade de mudança de paradigma. Lutero, referia Heisenberg, não queria fundar uma nova Igreja nem dividir o corpo eclesial. Viu a necessidade de reforma da instituição eclesiástica. Percebeu que a concessão de indulgências em troca de dinheiro abusava da boa-fé dos fiéis. Sentiu a urgência de fazer alguma coisa para remediar tal sacrilégio. Seguiu-se, como fato inevitável, a reforma, cujas demandas à Igreja romano-católica permanecem e foram atendidas somente em parte pelo Concílio Vaticano II (1962-1965). Por isso, se fala da permanente atualidade do princípio protestante, evangélico, libertador e resgatador do leigo como sujeito e não apenas como ouvinte passivo: palavras de Heisenberg.

Comentário meu: Somente se faz aquela revolução que se faz, quando chegou à sua maturidade e é resposta à necessidade imperiosa de mudanças sem as quais os problemas persistem,

as crises se aprofundam e as pessoas perdem a esperança e o sentido de vida. É o sentimento predominante nos dias atuais, com 63 lugares de guerra e uma disputa feroz pela hegemonia na direção do mundo.

A revolução representa o que deve ser. E o que deve ser tem força por si mesmo. Dispensa autoridades que a confirmem ou a recusem, faz pouco caso dos conservadores e dos progressistas. As mudanças, por menores que sejam, chamadas moleculares, fazem seu curso, deslocando velhos fundamentos e solidificando novos, sempre à condição de responderem a problemas reais ainda não respondidos. Elas não invalidam o construído anteriormente. Elas o assumem, incorporam-no criativamente, abrindo-se para a apreensão do novo. Este exige para tanto uma nova teoria, uma nova linguagem e, por vezes, um novo paradigma.

O que ocorreu com a nova física, deu-se com a biologia, com a comunicação, com psicologia com a cosmologia e recentemente com a IA. Não está ocorrendo o mesmo com a espiritualidade? As reflexões da conferência de Heisenberg, bem me lembro, mostram a urgência de uma revolução espiritual, adequada à revolução científica. Não se trata de falar da espiritualidade como dedução de certas doutrinas religiosas, que podemos derivar ou não. Trata-se de captar a espiritualidade como dimensão da própria natureza humana, como uma experiência global de re-ligação de todas as coisas entre si, das buscas, dos encontros, das experiências de sentido. Seria qual fio que reúne todas as pérolas para formar um colar. Trata-se, portanto, de algo necessário para atender a uma demanda humana necessária que não está sendo atendida adequadamente. Por isso ela possui o caráter de uma revolução improstergável.

Estimo que M. Gorbachev tinha razão quando ouvi ele dizer, ao encerrarmos no ano 2000, sob a torre de Eifel em Paris, a elaboração da Carta da Terra, um dos primeiros documentos de uma ecologia integral: “Ou desenvolveremos novos valores e uma espiritualidade da Terra ou então não nos salvaremos”. Ele tinha plenamente razão.

VICTOR CORRÊA

Jornalista, mestre em Gestão em Políticas Públicas pela FGV

Nenhuma doença vira moda

Lembro de um colega de escola com o mesmo nome que o meu. Tinha poucos amigos, falava baixo e tirava ótimas notas. Era alvo de bullying praticamente todos os dias. Havia um apelido que ele odiava — e justamente por isso o chamavam assim. Os professores viam. Os inspetores viam. Embora bem intencionados, nos anos 1990 eles realmente não sabiam o que fazer. Não havia nome para o que ele tinha. Nem tratamento adequado. Só bem mais tarde uma amiga me contou que ele tem autismo.

Naquela época, ninguém chamava assim. Ninguém chamava de nada.

Trinta anos depois, ouço duas senhoras no metrô do Rio comentarem sobre uma conhecida que acabara de receber diagnóstico de autismo. “Agora está na moda”, diz uma. A outra concordou.

Pensei no meu colega de escola.

O que essas senhoras chamam de moda tem outro nome: demanda reprimida. Durante décadas, autismo e TDAH foram subdiagnosticados no Brasil, especialmente em mulheres, em pessoas de baixa renda e em regiões sem acesso a especia-

listas. O que parece uma epidemia recente é, na verdade, uma fila enorme de pessoas que sempre existiram. E que nunca foram vistas.

Crescer sem diagnóstico tem um custo que não aparece em nenhuma estatística. É a criança chamada de bagunceira que simplesmente não consegue parar quieta. O adolescente tachado de antissocial que só acha o mundo barulhento demais. O adulto que passou a vida inteira achando que o problema era ele. O sofrimento existe. O que falta é o nome.

E o nome, no Brasil, custou caro para chegar a quem não tinha plano de saúde. Autismo e TDAH foram, por muito tempo, diagnósticos de consultório particular, de escola que percebeu, de família que tinha acesso. Quem não tinha foi chamado de outra coisa: preguiçoso, difícil, problemático. Cresceu carregando uma explicação errada para algo que nunca foi culpa sua.

Chegar à vida adulta sem diagnóstico tem consequências que vão além da infância. São anos de empregos perdidos por dificuldade de concentração que ninguém entendeu. Relacionamentos que não sobreviveram a comportamentos que a própria pessoa não sabia explicar. Depressão e ansiedade que chegaram depois, como consequência de décadas sem nome para o que se sentia.

Quando o diagnóstico finalmente chega, mes-

mo décadas depois, algo muda. Autismo e TDAH não impedem uma vida plena. Em muitos casos, pessoas com essas condições trabalham, estudam, criam filhos, constroem carreiras. O diagnóstico não as define: explica uma parte de como funcionam. O que o subdiagnóstico impede não é a vida. É a compreensão dela.

Os números ajudam a entender a dimensão do que ficou para trás. Segundo o Censo 2022 do IBGE, divulgado em 2025, 2,4 milhões de brasileiros declararam ter diagnóstico de autismo. Mas esse número ainda não mostra tudo: o subdiagnóstico na população adulta ainda é uma realidade.

Na educação, as matrículas de estudantes com autismo cresceram 44,4% em 2024, chegando a 918.877, segundo o Censo Escolar. A Organização Mundial da Saúde estima que 3% da população mundial tem TDAH.

Esses números não descrevem uma moda. Descrevem o que sempre esteve aqui.

Dizer que “virou moda” aquilo que demoramos décadas para enxergar é uma forma de repetir a invisibilidade.

Se eu encontrasse hoje aquele colega de escola, pediria desculpas. Aos 12 anos, eu não entendia o que ele enfrentava. Ri quando não devia. Fiquei em silêncio quando não devia.